

INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS URUÇUCA

Estudo Técnico Preliminar 1/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23335.250392.2026-17

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação, de natureza contínua.

Considerando que a Administração foi informada pela atual empresa prestadora do serviço de limpeza não tem interesse na renovação do contrato atual, a Administração iniciou um novo processo para contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados, de natureza contínua, para atender demanda do Instituto Federal de Educação, conforme tabela em anexo, considerando os impactos e os riscos envolvidos, além de possíveis prejuízos ao erário.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|--------------------------|---------------------------|
| Diretoria Administrativa | Maysa Sousa Santos Ferraz |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Contratação dos serviços de apoio administrativo de cargos com atribuições que não constam no quadro de servidores. Desta forma, se faz necessária a contratação de Empresa especializada na prestação de serviços terceirizados, de natureza contínua, conforme orienta o Decreto nº. 9.507 de 21 de setembro de 2018, D.O.U. de 24 de setembro de 2018 visto que a empresa atual não tem interesse pela continuidade do contrato. Outrossim, a contratação almejada se amolda às disposições contidas no art. 15 da IN nº 05 /2017-MPOG, segundo o qual os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. O licitante deverá comprovar, por meio de atestado(s) de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contrato(s) de serviços continuados em quantidades compatíveis com o pleito do neste Estudo Técnico. Será aceito o somatório de atestados, a fim de comprovar a quantidade mínima de postos exigida, desde que referentes a contratos executados concomitantemente e que venha acompanhado dos respectivos contratos. Nos termos do Acórdão 1.214/2013, somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior. A apresentação de atestado comprovando que a contratada tenha executado serviços de terceirização compatíveis em quantidade igual ou superior com o objeto licitado deve referir-se a **período não inferior a 3 (três) anos**. A exigência da qualificação técnica visa prevenir a Administração de contratar empresa incapaz de gerenciar uma contratação do porte solicitado, em consonância com o Acórdão 1.412/2013 e 503/2021, ambos Plenário TCU e IN 05/2017. A prestação do serviço deverá respeitar os moldes da lei 14.133/21 e, inclusive autorização de conta vinculada fornecido pela empresa, ganhadora do certame. Deverá a comissão observar a Lei Complementar 123/2006, em seu art. 17, enumera e excetua as situações nas quais as empresas não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do SIMPLES NACIONAL, elencados no edital.

Além de:

- A licitante deve apresentar capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;
- Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, respeitando os grupos dos LOTES;
- declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do **Anexo XIII** - Declaração de Compromissos Firmados, deste termo de referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos: a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social. Em caso a diferença entre a declaração e

a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas;

- O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis apresentadas deverão conter assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador ou, caso apresentadas por meio de publicação, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC - são indispensáveis;

- Equipamento de Proteção Individual - EPI's: As empresas deverão prever em suas planilhas de custos e formação de preços o fornecimento de EPI's, conforme planilha anexa ao processo;

- Insumos/produtos: As empresas deverão prever em sua planilha de custo e formação de preços o fornecimento de insumos/materiais, conforme planilha anexa ao processo;

- Para a execução dos serviços, a empresa a ser contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e convenções coletivas de trabalho respectivas, além de idade mínima de 18 (dezoito) anos;

- A CONTRATADA deverá cumprir, rigorosamente, as normas de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, recomendadas pela legislação pertinente, fornecendo aos seus empregados, à disposição do contratante, os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à realização dos serviços.

- As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes do SIMPLES NACIONAL devem observar as vedações previstas na legislação, em especial os termos do art. 17, XII, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

- Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte: XII - que realize cessão ou locação de mão-de-obra;

- Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010 e Acórdão TCU n.º 353/2014;

- Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

- Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes e mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada nos arts. 3º e 6º do Regulamento do Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 61.784, de 28.11.67;

- Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que ocorrido em suas dependências;

- A inadimplência da Contratada para com estes encargos não transfere ao IF Baiano, responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

A empresa contratada será responsável pela integridade de seus empregados na execução dos serviços, devendo manter durante a vigência do contrato, seguro pessoal de seus empregados;

- Efetuar o pagamento dos salários até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do Contratante;

- Fornecer aos seus funcionários até o último dia útil do mês que antecede ao mês de sua competência os **vales alimentação**.

- Fornecer aos seus funcionários o **Auxílio transporte**: A licitante deverá fornecer **o auxílio transporte aos seus colaboradores, devendo constar na sua proposta de preços os respectivos, valores/DIA: R\$ 14 reais (quatorze reais), diário**;

- Fornecer aos seus funcionários **plano odontológico e assistência saúde**, conforme cláusula 10º e 11º e SEAC – SINDLIMP BA 2025/2026

- A empresa Contratada deverá selecionar e treinar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços e, acompanhar a execução e qualidade dos serviços a serem prestados;

- Deverá realizar, às suas expensas, sem nenhum custo adicional à contratante, sempre que necessário e em função de atualizações tecnológicas e/ou alterações de processos de trabalho, o treinamento e/ou reciclagem dos empregados disponibilizados ao IF Baiano, visando manter o nível dos serviços contratados;

- Manter atualizadas a Carteira de Trabalho e Previdência Social dos empregados, comprovando esta obrigação quando solicitado pelo fiscal/gestor do contrato designado pelo IF Baiano, especialmente para este fim;

- Substituir em 24 (vinte e quatro) horas, sempre que exigido pela Administração, qualquer empregado cuja atuação, permanência e /ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do IF Baiano ou ao interesse do serviço público, ou ainda entendida como inadequada para prestação dos serviços;

- Substituir, no prazo de 4 (quatro) horas, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço do Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao fiscal do contrato;
- Realizar programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN /MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; - Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.
- Responder administrativamente, civilmente e penalmente, por quaisquer danos ocasionados à Administração e seu patrimônio e /ou a terceiros, dolosa ou culposamente, em razão de ação ou de omissão da Contratada ou de quem em seu nome agir;
- Fornecer o fardamento, os materiais e equipamentos de proteção individual, definidos no instrumento convocatório.
- A exigência de qualificação técnica e de qualificação econômico-financeira foi objeto de adequada fundamentação contida na Nota Técnica da Procuradoria Federal/IF Baiano, baseada em estudos prévios e na experiência pretérita do órgão.

5. Levantamento de Mercado

Os serviços terceirizados, de natureza contínua, possuem padrões de desempenho e qualidade passíveis de definição objetiva no edital, por meio de especificações usuais do mercado, se configurando, deste modo, como “serviços comuns”, nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 10.520 /2002. Conforme consulta ao SICAF e ao Portal de Compras do Governo Federal existem várias empresas com código de atividade de Fornecimento e Gestão de Recursos Humanos para Terceiros, assim como vários processos licitatórios com objeto semelhante a pretendida contratação, tornando desta forma a disputa mais competitiva, possibilitando uma contratação mais vantajosa para a Administração.

6. Descrição da solução como um todo

A contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços terceirizados com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, tem por objetivo manter os serviços essenciais do Campus . Para esta contratação, buscar-se-á o atendimento da necessidade institucional com o menor preço, atendendo o princípio da economicidade. Por fim, o atendimento ao interesse público acontece, pois, o objeto da contratação atenderá diretamente aos alunos, titulares de direitos, entre eles a educação, neste caso ensino público, gratuito e de qualidade.

- Outro ponto a ser observado como solução técnica é o Acórdão nº 1207/2024-TCU-Plenário - é lícito a inclusão ao edital prever que somente serão aceitas propostas de empresas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação e serviço de diárias. Isso porque o o Tribunal de Contas da União (TCU) respondeu a uma consulta, formulada pela ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e esse alinhamento decorreu do fato de que a aplicação desse entendimento tem gerado graves problemas como a precarização da mão de obra e a quebra da isonomia na contratação, em decorrência da vantagem auferida pela empresa cuja proposta estiver baseada em instrumento de trabalho mais desfavorável ao trabalhador. Nesse sentido, os licitantes poderão elaborar suas planilhas de custos e formação de preços com CCT DIVERSAS, mas, deve elaborar suas planilhas de custos e formação de preços com valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílioalimentação e diárias. A licitante que descumprir tal medida, deverá ser desclassificada do certame.

Afim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como a contagem da anualidade, informa-se que foram utilizados os seguintes acordo, dissídios ou convenções coletivas: CCT SEAC-SINDILIMP-2025/ 2026.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os valores a serem contratados, respeitam a participação e valores mensais das unidades abaixo, conforme interesse na participação. A licitante deve cotar em sua planilha de custo o valor MÍNIMO PISO NORMATIVO, abaixo, previsto no Acórdão nº 1207/2024-TCU-Plenário.

| ITEM ESPECIFICAÇÃO | | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR Mensal |
|----------------------------|--|--------|-------------------|------------|----------------|-----------------|
| 1 | Servente de limpeza I c/ 20% insalubridade | 240 | mZ | 10.000 | R\$ 11,21 | R\$ 112.100,00 |
| Custo anual estimado total | | | | | | R\$1.345.200,00 |

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.345.200,00

Valor mensal estimado da contratação: R\$ 112.100,00

Valor anual estimado da contratação: R\$ 1.345.200,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A opção pelo parcelamento se deve ao fato dos itens possuírem natureza semelhante e comuns no mercado, objetivando ter uma única empresa para prestação de serviço, evitando assim que duas ou mais empresas prestem o mesmo serviço na mesma entidade (Acórdão TCU 2.401/2006 do Plenário).

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O Portal de Compras Governamentais define contratações correlatas como aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação. Desta forma, não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes, para a viabilidade da contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Esta contratação está respaldada no Plano Anual de Contratações 2025/2026 do IF Baiano - campus Uruçuca e demais unidades (responsável pelo seu planejamento). A contratação dos serviços em questão é de suma importância para o bom funcionamento do IF BAIANO.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A autárquica e fundacional, desta forma o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, por não dispor em seu quadro de pessoal de servidores para realizar as tarefas dos cargos a que este Estudo se refere, pretende realizar processo licitatório para contratação de Empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação, de natureza contínua. O resultado pretendido é que as atividades tanto acadêmicas como administrativas, possam ser realizadas de forma adequada. Desta maneira, a futura contratação torna-se indispensável para que esses Campi desempenhe o seu papel, essencialmente educacional, junto à sociedade

13. Providências a serem Adotadas

AA estrutura física do campus já está adequada, por se tratar de serviços já existentes não demandando novas adequações.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há impactos ambientais nesta contratação

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAYSA SOUSA SANTOS FERRAZ

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 09:34:37.

ALMENIZIO BATISTA CONCEICAO JUNIOR

Membro da comissão de contratação

MAURICIO RODRIGUES DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação

JOAO VICTOR DA SILVA SANTOS

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 11:06:01.